



## GT CASOS PARA ENSINO

### Porquê não posso pegar emprestado?

Helton Rubiano de Macedo - Editor (EDUFRN)

Jacqueline de Araújo Cunha - Docente (DECIN)

Patricia Ladeira Penna Macedo - Docente (DECIN)

### RESUMO

O objetivo do caso de ensino é apresentar uma situação real para reflexão acerca das práticas profissionais e sua repercussão nos serviços de bibliotecas e seu impacto nos usuários. A situação em que um usuário não consegue tomar de empréstimo numa biblioteca universitária um material que ele próprio possibilitou a aquisição por parte da instituição.

**Palavras-chave:** Empréstimo de livros. Biblioteca universitária. Usuário da informação. Política de empréstimo.

### 1 APRESENTAÇÃO DO CASO

Às 6h da manhã, Prof. Vital já estava desperto. Em seu pequeno escritório, apinhado de livros do chão ao teto, debruçava-se sobre o computador. Concluía os planos de aula que desenvolveria no próximo semestre. Há quase cinco anos, havia se tornado professor de uma universidade federal brasileira no curso de Ciências Sociais. Em sua trajetória de formação acadêmica, especializou-se em Ciência Política, com ênfase em Teoria Política Contemporânea, Teoria Democrática e Política Latino-Americana. Agora, como professor universitário, empenhava-se em suscitar as mais ricas discussões acerca dessas temáticas. Prof. Vital era um incansável defensor de que o debate político muda pessoas e as pessoas, por sua vez, mudam a sociedade. Essa era a sua utopia.

Durante período áureo de disponibilidade de recursos, Ana Clara, bibliotecária e Diretora da biblioteca da universidade em que o Prof. Vital atuava, pediu para que docentes propusessem títulos que seriam adquiridos. A ideia era de atualizar e enriquecer o acervo bibliográfico dos cursos. Com isso, Ana Clara, junto com toda a comunidade acadêmica, desejava-se fomentar o debate universitário e a formação de estudantes.



Diante dessa possibilidade, Prof. Vital recomendou a compra do livro "Dicionário do Pensamento Marxista", do proeminente professor e sociólogo inglês, Tom Bottomore. Karl Marx, como se sabe, foi um intelectual e militante alemão, considerado um dos grandes pensadores do século XIX. Foi filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista, e revolucionário socialista. Suas ideias passaram a constituir uma das correntes mais influentes do pensamento moderno. O "Dicionário do Pensamento Marxista" pretendeu, assim, servir como chave de compreensão para os principais conceitos marxistas, tomando com base diferentes interpretações e posições críticas. Com isso, o Prof. Vital avaliou que a publicação seria de grande valia para o uso em sala de aula durante as disciplinas que ministrava.

Seguidos os trâmites burocráticos, o professor indicou a compra de 24 exemplares do "Dicionário". Dessa forma, acreditou que poderia atender a demanda de empréstimos no decorrer do semestre. Alguns meses depois, seguidos os ritos necessários, exatamente o número de exemplares solicitados pelo Prof. Vital foram comprados e chegaram à universidade, podendo ser incorporados ao acervo. O professor ficou muito entusiasmado com a notícia e a compartilhou com todos os seus alunos, que ficaram igualmente empolgados.

Quando fisicamente presentes, os 24 exemplares do "Dicionário do Pensamento Marxista" foram patrimonializados, isto é, receberam o registro de tombamento e assim estavam formalmente incorporados ao patrimônio da universidade, sob a gestão da biblioteca. O acervo bibliográfico da instituição estava crescendo!

Após essa etapa, os livros seguiram para o Setor de Tratamento Técnico, chefiado pela bibliotecária Amélia, uma antiga servidora e querida por todos. A equipe de Amélia era responsável pelo serviço de catalogação e classificação das publicações chegadas à biblioteca. Para isso, utilizava sempre padrões internacionais. Nesse processo, a catalogadora realizou uma leitura técnica a fim de descrever o documento, considerando suas características físicas e de conteúdo. A partir disso, a gestão do documento, incluindo a Política de Empréstimo, é orientada por regras definidas por cada biblioteca.

Acerca do "Dicionário", Amélia e sua equipe optaram por sua classificação como uma obra de referência. Esse tipo de documento é normalmente conhecido como compilações de informações sobre determinado tema. Geralmente são específicas, como, por exemplo, compêndios temáticos ou de profissões, ou gerais, como dicionários e enciclopédias. Feito isso, os exemplares do "Dicionário" foram ocupar os seus devidos lugares nas largas estantes



da biblioteca. Estavam, então, prontos a cumprir o seu nobre papel de instrumento para o conhecimento!

O semestre letivo havia acabado de começar. Estudantes, professores e equipe técnica se preparavam para mais uma jornada. Como de praxe, no primeiro dia de aula, o Prof. Vital apresentou a ementa do curso, esclarecendo aos alunos o objetivo de cada disciplina. Junto a isso, expôs a bibliografia que seria trabalhada nos próximos meses. A proposta era de que os alunos pudessem organizar suas leituras e estudos para que pudessem tirar o máximo proveito daquele período. Ciente da chegada do "Dicionário do Pensamento Marxista" à biblioteca da universidade, Prof. Vital incluiu partes do volume como leitura obrigatória para a maioria dos seus alunos. Já esperava pelos debates acalourados que iriam surgir.

Contudo, na segunda semana de aula, o Prof. Vital teve uma grande surpresa. Ele foi procurado por alguns alunos, uns presencialmente, outros por e-mail e até mesmo por WhatsApp. Todos tinham a mesma queixa: aquele livro tão importante, "Dicionário do Pensamento Marxista", cuja leitura era apontada como obrigatória, estava proibido de sair do espaço da biblioteca! Era possível apenas a consulta dos exemplares no local. Prof. Vital pareceu não acreditar naquilo.

Certo de que havia algum mal-entendido, o professor procurou Ana Clara, Diretora da biblioteca. Expôs para ela que estava imensamente feliz que tivessem conseguido incorporar ao acervo da instituição uma obra tão relevante. Porém, disse que foi informado pelos alunos que o livro estava fora de empréstimo. "Algo de errado deve ter acontecido", disse à gestora.

Ana Clara pediu licença, virou-se para o computador e consultou o livro no sistema de registros. A razão pela impossibilidade de empréstimo do "Dicionário" era clara: era uma obra de referência, de acordo com a classificação do Setor de Tratamento Técnico. Prof. Vital ouviu a explicação de Ana Clara, coçou a cabeça e disse: "Por que uma obra de referência não pode ser emprestada?". Essa era a pergunta que todos os seus alunos se faziam. Ana Clara explicou que essa era uma norma da Política de Empréstimo da biblioteca. Esse documento determinava que todas as obras de referência não poderiam sair para empréstimo.

Prof. Vital cogitou perguntar o porquê dessa norma, mas imaginou estar adentrando em um campo muito técnico, distante da sua realidade como cientista social. Elaborou, então, uma questão que imaginou ser mais importante: "Por que o 'Dicionário do Pensamento Marxista' foi classificado como obra de referência?". Diante do questionamento, Ana Clara chamou a bibliotecária Amélia à sua sala. Ela poderia explicar melhor as razões da decisão.



Algum tempo depois, com a situação exposta pela Direção, Amélia justificou: “Dicionários são, por natureza, obras de referência. Essas obras são, em geral, livros, sites ou documentos eletrônicos, consultados por um autor para a elaboração de um trabalho e citados ao longo de uma obra”. A norma da Política de Empréstimo era clara quando determinava que obras de referência estão fora de empréstimo. Amélia, desejando encerrar a discussão, sentenciou: “Nada pode ser feito”.

O Prof. Vital não se deu por vencido. Não deixou de concordar com Amélia, pois uma consulta simples era realmente a finalidade mais comum para um dicionário. Porém, alertou que o "Dicionário do Pensamento Marxista" não era um “dicionário” como os outros. E talvez nem fosse um dicionário de acordo com o senso comum para esse tipo de publicação. Um dicionário como a maioria das pessoas conhece traz um conjunto de palavras, os verbetes, como são mais conhecidos, juntamente com o seu significado ou significados, caso tenham mais de um. O “Dicionário” de Bottomore não se encaixava nessa acepção. Os verbetes elencados pelo autor eram mais que simples palavras, eram conceitos, ideias, pensamentos elaborados por Karl Marx no decorrer de toda sua vida intelectual. Desse jeito, era impossível qualquer definição em poucas linhas. Mais que isso, Bottomore construiu explicações aprofundadas, por vezes extensas, sobre cada “verbe””. Explorou ainda outras referências para oferecer uma compreensão clara do pensamento marxista. Não era à toa que o livro possuía quase quinhentas páginas!

Ana Clara e Amélia ouviram atentas aos argumentos do Prof. Vital. A primeira se manteve calada, mas Amélia insistiu na classificação do livro feita pelo seu setor. Sabia que isso impedia a saída do livro para empréstimo, conforme as regras da biblioteca, mas essa era a realidade. Ela afirmou que era uma profissional com anos de carreira, que sabia o que estava fazendo, que poderia rever uma decisão errada, mas que não era o caso. O livro era um dicionário pois era assim que se apresentava e nada poderia mudar esse fato. “Regras são regras”, finalizou. Ana Clara tentou equilibrar a discussão. Reviu os argumentos das duas partes e, depois de pensar um pouco, tomou a decisão de formar uma comissão, formada por outros bibliotecários, para decidir em conjunto sobre a real classificação daquele livro.

Algumas semanas depois, a comissão foi formada e os membros se reuniram para debater. Alguns apoiavam os argumentos do Prof. Vital outros acreditavam que a decisão da bibliotecária Amélia tinha sido a mais acertada. Foram necessários mais alguns encontros até que decisão final fosse tomada: o "Dicionário do Pensamento Marxista", de Tom Bottomore, era, sim, uma obra de referência. Com isso, sua consulta poderia acontecer apenas no



ambiente da biblioteca assim como as outras obras com a mesma classificação. Ana Amélia foi comunicada sobre o parecer da comissão. Sem esperar mais, convidou o Prof. Vital para mais uma reunião e informou sobre a decisão da biblioteca. As coisas continuariam da forma como estavam. O professor não conseguiu esconder a decepção. “Como 24 exemplares de um mesmo livro ficariam ‘presos’ no espaço da biblioteca sem que os alunos pudessem levá-los para estudar?”, pensou de cabeça baixa.

Quase no meio do semestre, o Prof. Vital foi novamente procurado pelos alunos. Eles tentaram se adequar à norma da biblioteca e iam estudar o “Dicionário” sem retirá-lo de lá. Se queixavam, porém, que era uma leitura de fato densa e extensa, que precisavam voltar à biblioteca muitas vezes para concluir o estudo de apenas um tópico. As reclamações de estudantes realmente empenhados em aprender fizeram renascer o inconformismo do professor. Refletiu um pouco e decidiu expor aquela situação ao máximo possível de pessoas com autoridade para resolvê-la. Assim, redigiu um e-mail à Diretora Ana Clara. Mas, em cópia, incluiu pró-reitores, diretores de centros acadêmicos, coordenadores de curso e chefes de departamento. Ele tinha a esperança de poder mobilizar a comunidade acadêmica para resolução do impasse.

O Prof. Vital, depois de muita reflexão e consulta aos colegas, estruturou mais uma vez seus argumentos. Reafirmou que a obra em questão não era dicionário no sentido convencional, visto que um dicionário comum jamais seria lido de forma integral, o que seria perfeitamente possível com o “Dicionário” de Bottomore. Considerou o grande número de exemplares (24), comprados por iniciativa de um docente, na crença (ou ilusão) de que a obra ficaria disponível para empréstimo aos alunos. Tentou argumentar ainda que as normas deveriam ser interpretadas razoavelmente, no seu devido contexto, e pensando na função primordial de uma biblioteca: atender satisfatoriamente o usuário. Assim, não se deveria permitir uma visão fechada, tecnicista, formalista e burocrática dessas normas. Por fim, alegou que lhe parecia um absurdo que, em um país como o Brasil, onde o livro é de modo geral um bem inacessível à maioria da população, recursos federais fossem usados para comprar livros que depois não poderiam ser utilizados pelo usuário e ficariam sem nunca serem abertos nas prateleiras da biblioteca.

A Diretora Ana Clara respondeu formalmente ao e-mail, atestando tão somente seu recebimento. O semestre letivo acabou, outros começaram e também se encerram. Alguns anos se passaram e nos corredores e nas salas de aula, jamais foram vistos exemplares do “Dicionário do Pensamento Marxista”.



## 2 NOTAS DE ENSINO

Para fins de aplicação do caso em sala de aula pelo(a) professor(a), foram elaboradas as notas de ensino apresentadas nas subseções a seguir.

### 2.1) Objetivos Educacionais

A partir do caso de ensino supracitado é possível identificar tanto aspectos técnicos quanto conceituais a serem trabalhados como objetivos educacionais. Entre eles destacam-se:

- Entender por que a catalogação das obras bibliográficas impactam o acesso e uso do acervo;
- Analisar as considerações éticas e culturais envolvidas na construção de políticas de desenvolvimento de coleções;
- Avaliar criticamente as decisões acerca de políticas de acesso e uso do material bibliográfico de forma que elas reflitam a missão da biblioteca.

No entanto, a questão central que emerge desse caso é a compreensão de que o trabalho do bibliotecário não se restringe apenas à aplicação de atividades técnicas pautadas por normas estritamente estabelecidas. O “tratamento intelectual” conforme denominado por Guinchat e Menou (1994, p. 30) é uma demanda do catalogador, que exerce grande esforço mental, principalmente na abrangência do teor do documento. Nesse sentido, longe de ser uma execução mecânica de regras predefinidas, a atuação do bibliotecário, desde o trabalho de catalogação até a elaboração de seus documentos normativos, envolve uma combinação complexa de saberes e pensamento crítico.

De fato, em todo o processo de tratamento técnico e gestão das coleções do acervo da biblioteca, se aplicam o envolvimento intelectual e a reflexão sobre a atividade que desempenha. De acordo com Lara (2002, p. 131) existe um esforço em se adequar “às coisas a um modelo já existente” que é fruto de “nossa ânsia pela estabilidade”. No entanto, a aplicação restrita de tais convenções normativas, não se atentam às nuances contidas nas obras, bem como não identifica as particularidades do acervo, do seu público e também do próprio material bibliográfico.



## **2.2) Disciplinas e possibilidades de aplicação do caso;**

Este caso de ensino se aplica às seguintes disciplinas do currículo de graduação em Biblioteconomia: Gestão de coleções; Estudo de usuário da informação; Catalogação; Fontes de informação.

## **2.3) Aspectos pedagógicos para a aplicação;**

O presente caso de ensino centrado nos desafios da catalogação e da gestão de coleções em bibliotecas, nos permite abordar uma variedade de aspectos pedagógicos. Por meio da análise desse caso real é possível aplicar conceitos teóricos em situações concretas e direcionar o fazer técnico profissional ao atendimento das necessidades informacionais dos usuários. Essa abordagem pedagógica multifacetada é essencial para desenvolver não apenas as habilidades gerenciais de tomada de decisões, mas também a compreensão de conceitos éticos, culturais e tecnológicos envolvidos no fazer profissional e que repercutem diretamente na satisfação de sua clientela.

Nesse sentido, podemos elencar alguns aspectos pedagógicos a serem considerados:

- Simulação real dos desafios enfrentados por bibliotecários em seu cotidiano;
- Discussão sobre decisões técnicas que repercutem em insatisfação dos usuários;
- Reflexão sobre a missão da biblioteca e como isso precisa estar refletido em suas políticas de gestão;
- Possibilidade de apresentar soluções criativas e inéditas para o caso apresentado.

## **2.4) Alternativas de solução para o caso;**

Considerando que a missão da biblioteca é prover acesso a informação para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela sua comunidade de usuários, em especial os estudantes, entendemos que as alternativas de solução devam ser no sentido de viabilizar o acesso ao empréstimo dos materiais, preservando a segurança do acervo e também atendendo as demandas de uso que a comunidade está sinalizando ser necessária. Assim, apontamos para as seguintes alternativas de solução para o caso:



- a) Mudança na identificação da tipologia do documento na base de dados de catalogação, de forma que as regras da política de empréstimo aplicada pelo sistema não inviabilizasse a retirada do material;
- b) Incluir na política de empréstimo de obras de referência o aspecto relativo à quantidade de exemplares da obra para viabilizar seu empréstimo ou não. Obras com mais de 3 exemplares, permitir a sua saída.
- c) Definir periodicidade de 2 anos para revisão das políticas de gestão de coleções e regulação dos empréstimos, acatando, sempre que possível, sugestões e demandas dos usuários da biblioteca.

### **2.5) Discussão e Decisão Real do caso (se houver);**

Na situação real foi convocada a comissão de criação da política de desenvolvimento de coleções para deliberação sobre a solicitação do usuário acerca da possibilidade de empréstimo de uma obra de referência.

Os profissionais fizeram um levantamento sobre qual a designação de localização no acervo que a referida obra recebia em outras bibliotecas universitárias, a fim de verificar se em alguma delas o documento constava no acervo circulante. Verificado que a obra era considerada como de referência pelas demais instituições, a comissão confirmou seu posicionamento de que o documento não deveria ser reclassificado como um livro, e ir para o acervo circulante.

Por uma questão de padrão e organicidade, a obra também não poderia constar nas duas coleções concomitantemente. Diante do posicionamento do grupo a direção da biblioteca acatou a decisão do referido colegiado e apresentou como solução um empréstimo institucional, no qual o docente da disciplina que pleiteava a possibilidade de retirada da obra por parte de seus alunos pegasse, ele próprio, de empréstimo todos os exemplares pelo período de seis meses e as disponibilizasse aos discentes. Podendo renovar o empréstimo sempre que necessário por igual período.

### **2.6) Sugestões de assuntos a serem trabalhados;**

Os desafios enfrentados pelas bibliotecas e pelos profissionais da informação requerem uma ampla e atualizada compreensão de tópicos referente a gestão eficiente de acervos, envolvendo diretamente aspectos práticos e teóricos. Nesse caso, por exemplo,



alguns assuntos podem ser trabalhados principalmente por se tratar de uma situação que ocorre em uma instituição universitária.

Entre as funções desempenhadas pelas bibliotecas universitárias destaca-se seu papel no processo de ensino-aprendizagem, onde seu objetivo principal é satisfazer as necessidades informacionais de seus usuários, nesse sentido:

As atividades biblioteconômicas realizadas nessas modalidades de bibliotecas não devem restringir, tão somente, a fazeres técnicos, mas devem convergir a um somatório de serviços, que tendem a satisfazer integralmente as propostas da universidade, oferecendo suporte [...] ao ensino, à pesquisa e à extensão, de forma que os serviços de informação da Biblioteca atendam a todos os usuários, sem distinção (BEM et.al., 2013, p. 76).

Ainda no contexto deste caso de ensino, destacamos outros assuntos para possíveis abordagens e discussões:

- Questões éticas presentes no processo de catalogação Bibliográfica;
- Entender como a rigidez normativa por parte de bibliotecários têm implicações diretas, tanto positivas quanto negativas, no acesso, no uso e na precisão da informação;
- Discutir sobre a possibilidade da existência de diferentes formas de se entender a catalogação e como as variações na categorização de uma mesma obra, afetam a busca e a recuperação da informação;
- Identificar que existem obras de natureza controversa ou polarizada que desafiam as normas de catalogação tradicionais;
- Explorar como o *feedback* dos usuários sobre a caracterização de tipologias de obras pode revelar problemas e necessidades de ajustes, e como os bibliotecários podem lidar com esses desafios;
- Perceber a importância dos estudos de usuários para nortear as políticas informacionais e gerenciais da biblioteca a fim de permitir melhor alinhamento com as demandas e necessidades do público alvo.

## **2.7) Questões para discussão do caso;**

Entender as complexidades inerentes à catalogação é saber que conflitos podem surgir e erros podem ser cometidos. Entender que em muitos momentos o nosso conhecimento estritamente técnico e teórico não dá conta da realidade e das nuances cotidianas, é algo que este caso vem a contribuir. Entre as questões que podem ser usadas na discussão, destaca-se:



- Como um equívoco na catalogação de uma obra bibliográfica pode impactar a experiência do usuário em uma biblioteca?
- Quais são os pontos fracos das políticas de empréstimo de material bibliográfico atuais?
- Como os *feedbacks* dos usuários podem ser utilizados para identificar e corrigir erros na catalogação de obras e quais são as melhores práticas para incorporar o retorno dos usuários nesse processo?
- Quais são os benefícios de uma abordagem crítico-reflexiva na catalogação de obras, especialmente ao enfrentar conflitos e melhorar o uso do acervo?
- Como as equipes de bibliotecários podem trabalhar junto aos usuários para aprimorar a elaboração e atualização de suas políticas de gestão de coleções?
- Como a ocorrência de conflitos e equívocos do tratamento técnico de obras bibliográficas pode impactar a eficácia dos serviços oferecidos por uma biblioteca universitária?

## 2.8) Indicações bibliográficas.

Vide referências.

## REFERÊNCIAS

BEM, Roberta Moraes de. NUEMBERG, Adriano Henrique; PEREIRA, Clarissa Agostini; RICHTER, Marivone. O papel da Biblioteca Universitária na vida acadêmica do estudante com deficiência: Ambiente de Acessibilidade Informacional da UFSC. *In*: AMBONI, Narcisa de Fátima (org.). **Gestão de bibliotecas universitárias: experiências e projetos da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2013, p. 69-78. Disponível em:

<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99534>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca universitária na encruzilhada. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n.6, dez. 2010. Disponível em:

<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14869> . Acesso em: 18 ago. 2023.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 1-24, 2009. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/01/pdf\\_2127bf09c7\\_0007592.pdf](https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/01/pdf_2127bf09c7_0007592.pdf). Acesso em: 18 ago. 2023.

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.



LARA, M. L. G. de. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, jul./dez. 2002.

LUZ, Elisa Filomena Rocha Monteiro da. **Bases para a implementação de uma política de desenvolvimento de coleções numa biblioteca universitária**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12282/1/ulfl148026\\_tm.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12282/1/ulfl148026_tm.pdf). Acesso em: 18 ago. 2023.

OBERHOFER, C. A. Disponibilidade de documentos: um modelo de avaliação da satisfação da demanda em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 10, n. 1, 1981. DOI: 10.18225/ci.inf.v10i1.160. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/160>. Acesso em: 18 ago. 2023.